



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

ESCLARECIMENTOS

Referência: **Edital da Concorrência 01/2015 – PR/RR**

Objeto: contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Boa Vista no Estado de Roraima, em terreno localizado na Avenida General Sampaio, s/nº, Bairro 13 de Setembro, com múltiplos pavimentos, conforme elementos técnicos constantes do Projeto Executivo, Cadernos de Encargos, Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do edital. Processo Administrativo nº 1.32.000.000601/2015-48.

Esclarecimentos para a empresa Andrade Galvão Engenharia LTDA., situada na Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 3213, 1º andar, Edif. Golden Plaza, Parque Bela Vista, Salvador – BA, telefones +55 (71) 2106-0800.

Do Pedido de Esclarecimento:

Seguem as respostas destacadas abaixo dos questionamentos formulados.

01 Pela análise das respostas fornecidas por esse douto órgão, uma vez que é notório que o valor orçado no Edital para custear as despesas com a Administração da Obra não incluiu todas as funções que serão obrigatoriamente contratadas para consecução do objeto, perguntamos se esse valor poderá ser ultrapassado? Se não, como serão pagas e apropriadas pelo órgão contratante as funções que não foram incluídas no orçamento anexo ao Edital, que é o limite e teto para a contratação, pois muitas funções que não foram incluídas no orçamento terão que ser recrutadas sob pena de inviabilização da execução do objeto a ser contratado?

RESPOSTA: Não, segundo item 12.3 do edital que estabelece os critérios de aceitabilidade das propostas.

Cabe a licitante elaborar planilha orçamentária apropriando todos os custos que entender necessários para a perfeita realização da obra. A planilha orçamentária de referência estabelece o preço máximo que a administração pode aceitar para a contratação dos serviços. Os custos dos insumos extraídos das tabelas de referência (SINAPI) utilizados para elaboração desse orçamento de referência correspondem ao teto admissível conforme Art.3 do Decreto Nº7.983/13, e permitem que a licitante formule suas composições de custos dos serviços considerando todas as funções necessárias, entretanto, devem ser observadas as condições estabelecidas no edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

02 Os valores da Cesta Básica que constam da Convenção Coletiva da categoria profissional da obra mas, que não estão incluídos nos preços da SINAPI e também não foram considerados separadamente pelo orçamento do órgão, conforme determina o TCU, serão dispensadas de pagamento, uma vez que não é permitida a inclusão de novos itens na planilha orçamentária, bem como não é possível ultrapassar o valor do teto da contratação ou serão fornecidos a parte pelo órgão contratante? Existe algum Termo de Acordo com o sindicato dos trabalhadores para que as construtoras não possuam obrigatoriedade de cumprir o que foi acordado na novel convenção coletiva para obras e serviços prestados para PR/RR?

Se positivo, pedimos que nos seja encaminhada cópia, uma vez que se acrescentarmos estes custos na composição os valores unitários dos serviços ficarão superiores aos orçados no Edital e, portanto, passível de desclassificação. Pedimos detalhar como será resolvida esta questão na fase executiva da obra.

RESPOSTA: O custos dos insumos de mão-de-obra utilizados para elaboração do orçamento de referência correspondem ao teto admissível conforme Art.3 do Decreto Nº7.983/13. Portanto são capazes de absorver os incrementos necessários ao cumprimento das decisões sindicais apresentadas. A composição dos preços dos serviços é de livre proposta da licitante. Não há impedimento para que valores de mão-de-obra sejam incrementados e o de outros insumos sejam modificados. A modificação dos custos dos serviços na elaboração das propostas é o fundamento da competição estabelecida pelo critério de julgamento das propostas.

03 Os demais EPI's e EPC's que também não foram computados no orçamento anexo ao Edital serão fornecidos diretamente pelo órgão licitante, uma vez que os preços unitários não podem ser ultrapassados e, ao se incluir esses itens, os valores unitários estão ficando bem acima dos cotados pelo órgão? Se não, pedimos detalhar como resolver esta questão se esses custos não foram contemplados no orçamento anexo ao Edital?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

RESPOSTA: Não, conforme esclarecido na resposta ao item anterior.

04 O cronograma da obra poderá ser alterado com a proposição de um novo prazo e novos valores mensais de desembolso?

RESPOSTA: No momento não há previsão orçamentária para a redução do prazo de execução da obra. O planejamento orçamentário foi proposto em conformidade com o cronograma apresentado em edital.

Entretanto, configurando vantagem para a administração pública com a redução dos custos de administração e de reajustamentos, e promovendo a antecipação do benefício da edificação, esse pleito poderá ser considerado durante a execução como pedido de alteração do contrato, desde que garantidos os recursos orçamentários necessários.

05 Qual a razão técnica para a utilização de materiais importados para uma obra a ser realizada na longínqua Região Norte do Brasil? Existe alguma característica especial neste materiais, um exemplo é o granito importado? Pode-se utilizar material similar que possua as mesmas características? E mais, como será definido o Reajustamento dos preços desses materiais, cuja variação do INCC não se aplica a um material que tem sua cotação regida pela variação do Euro? Como será paga esta diferença? Pedimos esclarecer.

RESPOSTA: Materiais importados são apresentados como referência, portanto sempre poderão ser substituídos por equivalentes técnicos. Não. A substituição de qualquer material especificado deverá ser submetida à fiscalização que fará análise do pedido baseado na equivalência técnica do serviço. Ou seja, Todo serviço cuja especificação for comprovadamente equivalente poderá ser substituído. O índice de reajustamento é único para o contrato.

06 Quantificamos todos os projetos e como os quantitativos levantados para muitos serviços que serão executados durante a execução da obra ultrapassaram os 10% (dez por cento) dados como limite pelo órgão licitante em seu Edital, perguntamos: Como será o pagamento e a apropriação desses valores na fase executiva, uma vez que, ainda que se apresentem em maior



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

quantidade, para consecução do objeto, não poderão deixar de ser realizados e não é possível alterar as quantidades da planilha do Edital sob pena de desclassificação?

RESPOSTA: Diferenças de quantitativos oriundas de erro de projeto, onde se inclui o erro de quantificação, serão tratadas conforme Acórdão 1977/2013 – TCU.

07 Qual será o procedimento do órgão contratante para os serviços que o seu orçamento básico deixou de incluir na planilha que é tomada como limite no valor global e no valor unitário e que não pode ser alterada? Em especial para os serviços de notória especialidade e de preponderância técnica. Como serão pagos e apropriados esses serviços pelo órgão contratante?

RESPOSTA: A proposta da licitante deve considerar todos os custos necessários para a perfeita execução dos serviços. Os pagamentos serão efetuados conforme cronograma físico-financeiro a ser apresentado pela futura contratada.

08 Os elementos constantes dos projetos que não foram mensurados e orçados (conforme projeto) na planilha do Edital serão fornecidos diretamente pelo órgão contratante ou serão objeto de posterior aditamento contratual? Lembramos que não é permitida nesta fase do certame a alteração de quantidades e a inclusão de itens na planilha orçamentária, sob pena de desclassificação. Ficamos no aguardo do procedimento que deve ser adotado.

RESPOSTA: Diferenças de quantitativos oriundas de erro de projeto, onde se inclui o erro de quantificação, serão tratadas conforme Acórdão 1977/2013 – TCU.

09 Alguns serviços que se mostram tecnicamente obrigatórios e que não foram orçados no Edital mas que podem comprometer a qualidade da obra serão pagos como na fase de execução da obra, uma vez que pelos Acórdãos do TCU todos os serviços devem estar discriminados e “abertos” explicitamente na planilha orçamentária?



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESPOSTA: A proposta da licitante deve considerar todos os custos necessários para a perfeita execução dos serviços.

10 Os serviços correlatos a terraplenagem serão objeto de outra licitação uma vez que não foram orçados na planilha do Edital e cujo preço total e final é fator limitador para apresentação de proposta?

RESPOSTA: Não. Esses serviços estão previstos nos itens 01.01, 09.01 e 09.02.

11 Para corrigir os valores dos seus itens de composição, o valor do BDI poderá ser ultrapassado? Como resolver a questão do que não foi contemplado no BDI exemplificativo do Edital?

RESPOSTA: Sim, pode. A formulação do BDI da proposta dos licitantes é de livre estabelecimento, conforme item 12.12 do edital convocatório, transcrito:

"12.12 A composição do BDI será analisada tecnicamente, ressaltando-se que a licitante deve apresentar a fórmula aplicada para o cálculo do percentual final de maneira que a análise técnica possa comprovar esse cálculo. O modelo apresentado no Anexo II deste Ato Convocatório é um modelo exemplificativo, devendo a licitante obedecer à legislação quanto às alíquotas dos tributos".

O BDI de referência, cuja composição tem caráter exemplificativo, é utilizado para determinar o valor máximo para contratação da obra, e estabelecido em conformidade com o Acórdão 2622-2013 TCU.

O BDI da licitante é desenvolvido como peça orçamentária fundamental para a proposta da empresa, compõe os custos indiretos que o modo particular de execução da empresa representa em custos (além do ISS, risco, encargos financeiros, risco, lucro, administração central, seguro, garantias). Seu resultado pode ser maior, menor ou igual ao de referência, entretanto, caso maior, aplicado aos valores dos serviços não pode ferir os critérios de aceitabilidade da proposta de preço.

12 Para corrigir os valores dos seus itens de composição, o valor dos Encargos Sociais poderão



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

ser ultrapassados? Como resolver a questão do que não foi contemplado nos Encargos Sociais do Edital?

RESPOSTA: Sim. A empresa pode utilizar o preço de insumo para mão-de-obra como entender necessário, desde que respeitando os critérios de aceitabilidade da proposta.

13 O valor dos diversos insumos poderá ser ultrapassado? Como resolver a questão do que não foi contemplado nos custos dos insumos constante dos anexos do Edital?

RESPOSTA: Sim. A empresa deve formular sua composição de custos dos serviços.

14 Os valores dos serviços poderão ser apresentados conforme composição própria de cada licitante ou terá que se apresentar uma proposta aplicando um "K" único e linear em todos os preços unitários que compõem a planilha orçamentária do órgão?

RESPOSTA: Sim. A empresa deve formular seu próprio orçamento.

15 Existe algum documento assinado com o Sindicato da Construção Civil de Roraima que possa viabilizar o pagamento pelas construtoras de pisos salariais abaixo dos valores da Convenção Coletiva, conforme foi orçado na planilha orçamentária do órgão? Se positivo, poderiam nos encaminhar esse documento uma vez que a data base da categoria foi setembro de 2015 e o preço teto foi orçado com o valor da mão de obra não mais vigente? Que garantia terá o licitante vencedor de que poderá pagar pela mão de obra os valores orçados no Edital?

RESPOSTA: Não nos cabe responder esse esclarecimento. O custos dos insumos de mão-de-obra utilizados para elaboração do orçamento de referência correspondem ao teto admissível conforme Art.3 do Decreto Nº7.983/13. Portanto são capazes de absorver as divergências alegadas.

16 E mais, se colocarmos o valor do Homem-Hora correto nas composições, somente este



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

procedimento já implicaria na ultrapassagem dos valores unitários dos serviços inclusos no orçamento da planilha do Edital, agravado pelo aumento do percentual do BDI que não contemplou o ISS correto praticado em Boa Vista. Como devemos proceder se o Edital determina que os preços totais e unitários não poderão ser ultrapassados?

RESPOSTA: O custos dos insumos de mão-de-obra utilizados para elaboração do orçamento de referência correspondem ao teto admissível conforme Art.3 do Decreto Nº7.983/13. A composição dos preços dos serviços é de livre proposta da licitante. Não há impedimento para que valores de mão-de-obra sejam incrementados e o de outros insumos sejam modificados. A modificação dos custos dos serviços na elaboração das propostas é o fundamento da competição estabelecida pelo critério de julgamento das propostas.

17 Ainda que o BDI tenha sido apresentado no Edital como meramente “exemplificativo”, é fato incontestado que o valor adotado para o BDI definiu o limite do preço unitário que poderá ser apresentado, bem como o valor final da proposta que poderá ser apresentada.

Se o BDI se encontra aquém do valor correto, não conseguimos definir e equacionar como proceder. Pedimos detalhar com clareza qual o procedimento que deverá ser adotado, acompanhando um simples raciocínio:

➤ Se o “Preço de Venda” não pode ser alterado para mais, ou seja, como valor teto é um valor fixo;

➤ Se o “Preço de Custo” não é uma conta de chegada e sim é um valor fruto de um levantamento de custos, de detalhamento de insumos necessários para execução de cada um dos serviços e se cada composição possui seus respectivos índices, inclusive tendo sido eleitas as composições da Tabela SINAPI para servir como paradigmas, logo, o valor final é uma consequência e não uma causa, assim, não pode ser aleatoriamente alterado ou arbitrado, ou seja, nestas bases, tem de ser tomado como um valor fixado pelo processo de orçamentação e técnicas orçamentárias;

➤ Se o “BDI” orçado está abaixo do valor correto para abrigar todos os impostos, tributos e despesas indiretas e precisaria ser alterado para mais, ou seja, precisaria ser aumentado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Como proceder para resolver essa equação?

$$\text{Preço de Venda} = \text{Preço de Custo} \times \text{BDI}$$

Sinceramente, não conseguimos até o momento encontrar uma resposta. Pedimos nos elucidar como o problema instalado poderá ser viabilizado para resolver essa equação que é a realidade encontrada para viabilização do orçamento da obra dentro dos limites e condições do Edital:

Preço de Venda (fixo pelo Edital, se ocorrer variação, somente é permitido reduzir – que não se aplica ao caso concreto pelas variáveis que deixaram de ser consideradas no orçamento) = **Preço de Custo** (que não pode simplesmente ser ajustado para equacionar o problema instalado do que foi orçado abaixo dos valores reais de mercado e obrigatórios por força de legislação) x **BDI** (que precisaria ser aumentado pois considerou valores para encargos, taxas e impostos abaixo dos vigentes nas legislações do Brasil).

(Qual a solução para viabilizar o orçamento nestas circunstâncias?)

RESPOSTA: Os custos dos insumos de mão de obra utilizados para elaboração do orçamento de referência correspondem ao teto admissível conforme Art.3 do Decreto Nº7.983/13. Portanto são capazes de absorver os incrementos necessários ao cumprimento das decisões sindicais apresentadas. A composição dos preços dos serviços é de livre proposta da licitante. A composição do BDI é de livre proposta da licitante. Não há impedimento para que valores de mão de obra sejam incrementados e o de outros insumos sejam modificados. A modificação dos custos dos serviços na elaboração das propostas conforme o custo de operação particular de cada empresa é o fundamento da competição estabelecida pelo critério de julgamento das propostas.

18 Esta obra ficará sujeita à nova legislação Federal da Desoneração?

- Se não, poderiam nos enviar o documento que dará esta isenção de retenção de 4,5%, permanecendo tão somente a retenção de 2,0% como foi colocado no BDI do Edital e que foi determinante para cômputo do valor final da obra?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

- Se sim, por que somente foi considerado o percentual de 2,0% no BDI do Edital se a partir de dezembro de 2015 a retenção será de 4,5%, segundo recente lei sancionada pela excelentíssima presidenta da república?

Lembramos que o orçamento da obra não comporta a inclusão deste adicional de percentual sem que os preços unitários e o valor final do empreendimento superem o que está apresentado no Edital. Como proceder?

RESPOSTA: Conforme esclarecido no item anterior, "23", a formulação do BDI da proposta dos licitantes é de livre estabelecimento.

19 Outra questão relevante é sobre o Sistema de Ar Condicionado e de Automação que por serem de extrema sofisticação não conseguimos até o momento nenhuma proposta cujo valor esteja compatível com o apresentado no orçamento do Edital, pois todas as empresas especializadas que estudaram a obra e elaboraram seus orçamentos chegaram a valores finais bem superiores aos orçados pelo órgão. Como proceder em tal situação? Poderiam fornecer os dados e as planilhas da instaladora que deu o preço para formatação do orçamento final do Edital para que, em nova consulta tivéssemos a garantia de que esta instaladora executaria estes serviços pelos preços fornecidos para inserção no Edital? Ficamos no aguardo da indicação para que possamos proceder a citada consulta.

RESPOSTA: A elaboração do orçamento é responsabilidade da licitante. A planilha orçamentária permite que diversos fabricantes ofereçam orçamentos em iguais condições, entretanto, é inerente a atividade que se pretende contratar, buscar essas propostas. Os fabricantes citados como referência são os cujas propostas subsidiaram o orçamento de referência.

20 O mesmo se aplica para as instalações prediais, somente estamos encontrando orçamentos que superam os valores apresentados na planilha do Edital. Poderiam fornecer os dados e planilhas da instaladora para que esta fosse consultada na possibilidade de manter a proposta fornecida e que fundamentou o orçamento do Edital? Ficamos no aguardo da indicação para que possamos proceder a citada consulta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESPOSTA: A elaboração do orçamento é responsabilidade da licitante. A planilha orçamentária permite que diversos fabricantes ofereçam orçamentos em iguais condições, entretanto, é inerente a atividade que se pretende contratar, buscar essas propostas. Os fabricantes citados como referência são os cujas propostas subsidiaram o orçamento de referência.

21 Procede o entendimento de que tanto os documentos de “Habilitação” como os da “Proposta de Preços” terão que ser apresentados apenas em uma única via?

RESPOSTA: Sim. Pelo menos uma via, como descrito no edital, para que conste no processo.

22 Quais são os limites a que se referem os itens “11.14” e “12.4” do Edital? Poderiam detalhar? Melhor, qual a correlação dos itens 11.9 e 11.12 com o cronograma físico-financeiro?

RESPOSTA: São os custos das etapas previstas no cronograma de referência, que não devem ser ultrapassadas. Por exemplo:

1	CANTEIRO DE OBRAS	
1.01	LIMPEZA DO TERRENO, ALOJAMENTO, TAPUMES, PROTEÇÕES	R\$ 248.548,24
1.02	EQUIPAMENTOS E ANDAIMES	R\$ 175.169,75
1.03	DESMOBILIZAÇÃO DA OBRA	R\$ 21.932,20
1.04	ADMINISTRAÇÃO	R\$ 2.520.598,80
2	EDIFICAÇÕES E SERVIÇOS EXTERNOS	
2.01	LOCAÇÃO DA OBRA, ESCAVAÇÕES, ATERRO E FUNDAÇÕES	R\$ 2.551.317,05
2.02	SUPERESTRUTURA	R\$ 5.669.795,24
2.03	PAREDES E PAINEIS	R\$ 2.342.262,97
2.04	ESQUADRIAS	R\$ 340.285,94
2.05	VIDROS	R\$ 3.766.541,58
2.06	IMPERMEABILIZAÇÕES	R\$ 737.332,99
2.07	FORRO	R\$ 357.632,63
2.08	REVESTIMENTOS	R\$ 2.469.652,00
2.09	PISOS	R\$ 2.641.988,60
2.10	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	R\$ 448.534,79
2.11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 6.539.060,56



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

2.12	PINTURA	R\$ 504.796,00
2.13	COBERTURA	R\$ 282.924,14
2.14	SERVIÇOS FINAIS	R\$ 27.922,75
2.15	EQUIPAMENTOS	R\$ 632.265,74
2.16	BALCÃO RECEPÇÃO	R\$ 6.989,16
2.17	INSTALAÇÕES PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	R\$ 1.316.108,92
2.18	INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO	R\$ 3.471.492,76
2.19	SERVIÇOS EXTERNOS	R\$ 2.695.968,70

Esses são os valores referenciados das ditas etapas.

Boa Vista-RR, 20 de novembro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO